



**ARIEL FERREIRA. ATÉ AQUI, 2019.**

INSTALAÇÃO *SITE SPECIFIC*, PINTURA COM TINTA DE TERRA E ROCHAS,  
MEMORIAL MINAS GERAIS VALE, PRAÇA DA LIBERDADE, BELO HORIZONTE.  
FOTOGRAFIA: ARIEL FERREIRA.

# A VIDA NO MORRO ENQUANTO O DESASTRE NÃO ACONTECE: FACES DA INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DO RECIFE

FLORA CLARISSA CARDIM PIMENTEL\*

**RESUMO** Este artigo trata dos principais achados do estudo realizado no Alto José Bonifácio (Recife-PE) durante pesquisa de mestrado em Antropologia. A partir da etnografia, buscou-se compreender as dinâmicas sociais geradas entre os moradores das áreas de morro frente o contexto do risco de desastres a que suas casas estão expostas. Tais dinâmicas são entendidas à luz de conceitos como injustiça e racismo socioambientais. A precarização do espaço de moradia constitui uma das medidas de forçar a expulsão das pessoas das áreas de morro. Nas tramas de resistência, a família, o parentesco e a vizinhança são instituições imprescindíveis, enquanto a (auto)responsabilização, a culpabilização e a competição aparecem como as consequências mais perversas das injustiças socioambientais.

**PALAVRAS-CHAVE** Injustiça ambiental; Moradia; Risco.

## LIFE IN THE SLUMS WHILE THE DISASTER DOESN'T HAPPEN: FACES OF SOCIO-ENVIRONMENTAL INJUSTICE IN THE CITY OF RECIFE

**ABSTRACT** This article deals with the main findings of the study carried out in Alto José Bonifácio (Recife-PE) during a master's research in Anthropology. Based on ethnography, we sought to understand the social dynamics generated among residents of hill areas in the face of the context of disaster risk to which their homes are exposed. Such dynamics are understood in the light of concepts such as social and environmental injustice and racism. The precariousness of the living space constitutes one of the measures to force the expulsion of people from the hill areas. In the plots of resistance, the family, kinship and neighborhood are essential institutions while (self) accountability, blame and competition appear as the most perverse consequences of socio-environmental injustices.

**KEYWORDS** Environmental injustice; Habitation; Risk.

\* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora colaboradora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, núcleo de Pernambuco; integrante do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/UPE) e do Laboratório de Estudos de Populações Tradicionais e Educação (LEPTE/IFMA); professora colaboradora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação para as Relações étnico-raciais do IFMA-Campus São João dos Patos-MA.

## Introdução

Este artigo consiste na sistematização dos principais achados na pesquisa de mestrado junto a moradores das áreas de morros no Recife. O estudo focou-se em discutir a problemática da moradia urbana a partir de uma abordagem socioantropológica e teve como objetivo compreender as dinâmicas sociais geradas entre os moradores das áreas de morro frente o contexto do risco de desastres a que suas casas estão expostas.

A complexidade dos desastres socioambientais em áreas urbanas exige a escolha de conceitos que contemplem os diversos pilares que os fundamentam. Desta forma, só podem ser entendidos à luz de uma perspectiva crítica e dialógica que considere os conflitos, as relações de poder imbricados no fenômeno dos desastres, as perspectivas dos movimentos sociais, bem como outras fontes de conhecimento.

Assim, os desastres socioambientais ocorridos nas áreas de morro são compreendidos neste artigo a partir do conceito de injustiça ambiental, segundo o qual os deslizamentos de barreiras sintetizam de forma extrema o descaso histórico do Estado com a questão da moradia urbana. Sendo assim, esses desastres são produtos sociais decorrentes de uma política alheia às demandas da parcela mais pobre da população.

A problemática da moradia em Recife procede de uma política urbana fundada na lógica da higienização social e em uma declarada “*perseguição aos mocambos*” desde o início do século XX. A lógica neoliberal que permeia as políticas públicas nas últimas décadas favorece a precarização do espaço da moradia e ofusca as táticas de expulsão praticadas pelo Estado democrático de direito.

A conduta neoliberal do Estado agudiza ainda mais os desafios para sobrevivência dos moradores nas áreas de morros e faz perdurar a condição de autoprovisão dessas pessoas, assim como se deu na origem da ocupação dos morros em Recife, nos anos de 1940.

A precariedade de infraestrutura nos morros torna o risco de desastre um imperativo na vida daqueles que moram nos interstícios das barreiras. Como forma de assegurar o direito de ter onde morar, as famílias desenvolvem estratégias voltadas para a autoproteção e prevenção dos desastres nos morros. Quando percebem que não podem impedir que o desastre aconteça, realizam práticas que buscam amenizar as suas consequências. Essas práticas estabelecem uma dinâmica de vida diferenciada para os moradores, constituindo-se na forma de viver no morro.

Os impactos da injustiça ambiental nas áreas de morros se apresentam em sua forma mais cruel para os indivíduos e para a comunidade quando vemos a (auto)responsabilização, a culpabilização e a competição entre os moradores. Ao escamotear a dimensão política do desastre, a injustiça ambiental fragiliza o potencial de organização política da comunidade.

As dinâmicas sociais estabelecidas a partir do risco constituem verdadeiras estratégias de resistência dos moradores das áreas de morro frente ao descaso do poder público e às formas de contestação do lugar do pobre. Sua percepção de risco se assenta em base epistemológica própria fundada no saber local no morro e constitui o paradigma da prevenção. A noção de risco dos moradores do morro convive com outras noções de risco e de desastres baseadas em outros paradigmas, tais como o paradigma do risco e o da vulnerabilidade.

A seguir serão apresentados: 1) os marcos teórico-conceituais sobre injustiça ambiental, risco e dinâmicas territoriais no morro; 2) as informações gerais sobre a pesquisa que subsidia este artigo; 3) a análise dos principais achados da pesquisa; e 4) as considerações finais.

## *Injustiça ambiental, risco e dinâmicas territoriais no morro*

Seguindo uma perspectiva de se buscar uma paridade epistemológica entre diferentes racionalidades, cabe considerar outro entendimento sobre o assunto advinda de diferentes bases que não a científica, tal como o senso comum. Assim, busca-se somar esforços junto aos trabalhos que evidenciam as noções e práticas lançadas pelos grupos

<sup>1</sup> A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) foi formada por representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, organizações de afrodescendentes, organizações indígenas e pesquisadores universitários, do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai. Fundada em 2001, na ocasião do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os dias 24 e 27 de setembro daquele ano, tendo como um de seus objetivos a produção de conhecimentos, o levantamento de dados e a realização de denúncias de injustiças. Não foi possível descobrir se a RBJA ainda está ativa nos dias de hoje. Informações disponíveis em textos de Tânia Pacheco e no site com acesso disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/docs/marede.htm>. Acesso em: 8 dez. 2017.

ou populações diretamente expostos ou afetados por desastres, tal como o estudo de Paulo Granjo (2006). Dessa forma, tentaremos mostrar que o risco e os paradigmas dos desastres se constituem em uma arena de epistemologias em disputa. Por isso, não se pode ignorar os conhecimentos produzidos pelas experiências empíricas, sob o risco de acirrar ainda mais o fosso de injustiça contra essas populações.

Ao que cabe a esta pesquisa, o desastre que a circunda se manifesta de forma extrema através de deslizamentos de barreiras nas áreas de morro, comprometendo a sobrevivência de moradores e moradoras, toda a sua vida social na comunidade e sua relação com a territorialidade. Porém, os deslizamentos de terra ou as chuvas, vistas em geral como agentes externos provocadores do primeiro, não são considerados aqui o desastre em si, deslocados de importantes aspectos socioantropológicos que incidem sobre a manifestação dos desastres na realidade das condições de moradia nos morros do Recife.

Dessa forma, os deslizamentos que ocorrem sazonalmente nas grandes cidades brasileiras, como Recife, são compreendidos como desastres socioambientais decorrentes da injustiça historicamente cometida contra a maioria mais pobre dos moradores urbanos. A concentração de poder tem se revelado a principal responsável pelo que os movimentos sociais vêm chamando de injustiça ambiental. Segundo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental <sup>1</sup>, a injustiça ambiental é compreendida como

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA, TRABALHO E CIDADANIA, 2001)

Para autores como Acselrad (2002), Cardoso (2006), Pacheco (2006), entre outros, as dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva à periferização de grande massa de trabalhadores e, no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos.

A injustiça ambiental é a principal característica do modelo de desenvolvimento dominante no Brasil. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta

a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária.

O conceito de justiça ambiental contempla questões referentes à saúde, ao saneamento, ao uso do solo, à segurança no trabalho, ao transporte, às moradias e, finalmente, à participação da comunidade nas decisões referentes às políticas públicas. Além disso, tem uma relação direta com o conceito de racismo ambiental. Este não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (HERCULANO, 2008).

Cabe ainda considerar que a responsabilização do indivíduo como manifestação do individualismo na nossa cultura escamoteia o caráter político da injustiça e do racismo ambientais atuantes nas práticas institucionais do Estado, conhecido como racismo institucional. Nas áreas de morro, o racismo institucional se expressa a partir de um processo de histórica omissão e descaso do poder público para com as questões habitacionais, de moradia, ambientais, de infraestrutura urbana, de saúde coletiva e outras que cotidianamente anunciam uma tragédia iminente.

Dessa forma, deslizamentos de terra, alagamentos, inundações e outros, apesar de sua dimensão geofísica, não podem ser entendidos como desastres naturais, mas sim socioambientais, inerentemente políticos, que refletem a injustiça e o racismo ambiental. Neste sentido, os desastres socioambientais urbanos são compreendidos aqui por uma ótica construtivista, como produtos de fatores estruturantes da lógica desenvolvimentista e neoliberal imposta pelo Estado.

A partir de diferentes bases de conhecimentos, dominadas por diferentes sujeitos sociais e seus respectivos *ethos*, são desenvolvidas diferentes perspectivas acerca do risco e do desastre. Isso implica considerar o risco enquanto uma arena de epistemologias construídas em bases científicas ou não, que coexistem e estão envolvidas em relações de poder. As diferentes epistemologias entorno do risco estabelecem uma

relação, ora de disputa, ora de complementariedade; mas, em geral, buscam pela hegemonia de seus paradigmas na visão sobre desastre e disputam vez e voz na construção de políticas públicas.

A invisibilidade das noções não científicas, fundadas em experiências empíricas, exclui as mesmas da arena de disputa e ignora o caráter racional do conhecimento empírico, como se vê com o conhecimento do senso comum. No entanto, frequentemente elas se apresentam como eficazes no combate à ocorrência de desastres e oferecem propostas viáveis na prevenção dos danos decorrentes dos mesmos.

O que trataremos aqui como paradigma da prevenção consiste em um padrão de pensamento (racionalidade) e suas conseqüentes condutas que têm como pressuposto evitar as condições que possibilitam acontecimentos ou eventos considerados indesejáveis. Teremos como base para o presente argumento o estudo de Paulo Granjo (2006).

Granjo explica que o paradigma da prevenção foi desenvolvido pelos indivíduos diretamente atingidos pelo desastre ou que se consideram expostos a fatores que ameaçam a sua integridade física ou psíquica, bem como os bens materiais, simbólicos ou naturais. Para o autor, esse paradigma mostra-se eficaz uma vez que leva os indivíduos a evitarem os fatores de ameaça. Sobre ameaça, o autor define:

qualquer factor passível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que a sua existência seja percebida, ainda que de forma vaga. Por outras palavras, [...] próprios factores potencialmente agressivos, na sua existência objectiva, independentemente dos quadros cognitivos que sejam utilizados para os classificar, interpretar ou submeter a uma determinada ordem. (GRANJO, 2006, p. 1168)

Paralelo ao paradigma da prevenção, existem muitos outros entendimentos de risco fundados em uma racionalidade científica. Ao que cabe a este estudo, vamos discurrir sobre o paradigma da vulnerabilidade. Este surgiu nos primeiros anos da década de 1980 e emerge uma diferente abordagem a partir de uma perspectiva culturalista.

O paradigma da vulnerabilidade compreende os desastres como expressão da vulnerabilidade socialmente produzida. Os estudos realizados a partir dessa abordagem concebe os desastres como elementos básicos e frequentemente crônicos do contexto natural e social, de cuja produção participam forças sociais, políticas, econômicas e, em certa medida, as pessoas (LÓPEZ, 1999).

Enquanto uma abordagem alternativa sobre os desastres, o paradigma da vulnerabilidade centra-se nas dimensões socioeconômicas e políticas envolvidas na produção da vulnerabilidade de uma população. Esse paradigma se fundamenta em evidência empírica demonstrada pela perspectiva histórica de que o risco e o desastre constituem processos multidimensionais e multifatoriais resultantes da associação entre as ameaças e determinadas condições de vulnerabilidade que se constroem e reconstroem com o passar do tempo (OLIVER-SMITH, 2002 apud ACOSTA, 2005).

Vale situar: o paradigma da vulnerabilidade é uma importante frente de oposição aos fundamentos do paradigma do risco, hegemônico na contemporaneidade. Neste último, o risco é associado a uma noção probabilística, quantitativa, objetiva, e corresponde a uma perspectiva institucionalizada a qual se baseia em uma convenção cognitiva, legitimada socialmente, presente no saber técnico instituído pelo poder público.

A partir de teoria construcionista do risco, fundado no conceito de sociedade do risco, de Ulrich Beck e Anthony Giddens, entendemos o risco como um elemento estruturador das relações sociais contemporâneas, e não mais como algo eventual. De acordo com essa noção, concordamos com Cardoso ao explicar que isso tem provocado o aprofundamento dos processos de individuação, fazendo com que as inseguranças e as ameaças presentes na vida social deixem de ser tratadas e asseguradas pelas instituições e passem a ser admitidas como responsabilidades individuais (CARDOSO, 2006).

Frente a este contexto, os sujeitos lançam mão de autoprover as suas necessidades básicas e, no âmbito da moradia, a demanda é suprida por meio das autoconstruções. Contudo, por falta de infraestrutura urbana, estas construções ficam expostas a desastres socioambientais em pequenas escalas no dia a dia dos moradores dos morros.

Em reação à injustiça ambiental, mulheres, homens, idosos, jovens e crianças, a partir de suas especificidades, resistem buscando superar os desafios postos por uma política ausente ou insuficiente e exercer a territorialidade assegurando a sua moradia nos morros de Recife. Além disso, cotidianamente os indivíduos travam uma luta para assegurar o direito ao território no espaço urbano.

De acordo com Norma Valêncio,

A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma “*área de risco*”, de molde que a remoção das moradias é tratada como uma discussão meramente

paisagística muito embora subjacente ao núcleo residencial haja, para o grupo ali inserido, sentidos de pertencimento, necessidades, sociabilidades especializadas (VALÊNCIO, 2009a, p. 7).

Para Valêncio (2009a), essa população sempre reluta com as diversas formas de contestação de seu território vindas do Estado a partir de discursos fundados na noção de: “área carente” ou “áreas de risco”. O discurso de “área carente” corresponde à ideia de ameaça à concepção de normalidade social do meio urbano. Já a noção de “área de risco surge diante da persistência dos pobres no fazimento do lugar, eliminando-se da paisagem urbana a vizinhança indesejada” (VALÊNCIO, 2009a).

O discurso de “área de risco”, muitas vezes, tem por base a cartografização da cidade para contestar o território com suporte em argumentos técnicos, geralmente desenvolvida por ações do Sistema Nacional de Defesa Civil (SNDC) como mapas de risco das cidades brasileiras.

A cartografização do risco se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações. Ao simplificar a realidade socioespacial, suprime as correspondências de sentido entre o aqui e o lá e a tessitura associada da fluência e da miséria no território. Como toda a fala técnica, trata-se de uma linguagem silenciadora dos topoi leigos, sobretudo os que transgridem a situação de classe. Ao delimitar o lugar de vivência de populações empobrecidas como área de risco, o referido mapa fundamenta as práticas de remoção compulsória dos ali inseridos e evita mostrarem o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade (VALÊNCIO, 2009b, p. 36).

Para Victor Marchezini (2009), a desterritorialização decorrente dos efeitos de um evento extremo acarreta algumas mudanças de referências para as pessoas atingidas, que socialmente passam a não se constituir mais por categorias como família, cidadãos, mas sim por “desabrigados”.

[D]esabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe servir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis a ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado (MARCHEZINI, 2009, p. 54).

De acordo com o autor, a soma do descaso do Estado é responsável pelo prolongamento do desastre e vai provocando o que o autor trata como a “catastrofização” dos desastres, dado os efeitos do desastre por longo prazo, prolongando a desterritorialização. Para Marchezini,

Uma desterritorialização extrema que perdura no tempo pode tornar o desabrigo não mais uma condição, mas uma nova situação, significando, desse modo, uma catastrofização, isto é, a transição paulatina do que inicialmente era tido como um desastre para uma catástrofe, presidindo de qualquer ameaça natural, ou, de qualquer agente externo ameaçador, sendo fruto sobretudo do abandono do Estado (MARCHEZINI, 2009, p. 56).

## *Situando a pesquisa e o Alto José Bonifácio*

O estudo que subsidia o presente artigo foi desenvolvido entre os anos de 2015 e 2018 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa teve como objetivo: compreender as dinâmicas sociais geradas entre os moradores das áreas de morro frente o contexto do risco de desastres a que suas casas estão expostas.

A pesquisa foi realizada a partir do método etnográfico, que permitiu captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números (MAGNANI, 2012). Como técnicas de pesquisa foram executadas, entre outras: 1) leituras de estudos sobre o assunto; 2) observação participante realizada em campo; e 3) entrevistas com diferentes moradores do bairro.

Como campo de pesquisa foi escolhido Alto José Bonifácio, bairro situado na zona norte do Recife (PE), área considerada de maior suscetibilidade de deslizamento de barreira dada as condições geológicas na região.

O local tem um forte histórico de luta de movimento de bairros desde a década de 1980, que resultou em muitas conquistas sociais para a localidade. Além disso, foi muito atuante na resistência durante a Ditadura Militar no Brasil, muito conhecido por suas lideranças combativas e também por uma tradição de engajamento político-partidário de vertente esquerda.

O Alto José Bonifácio é organizado internamente em cinco microrregiões, que são definidas com base nas cinco partes altas do bairro: 1) Alto José Bonifácio, 2) Alto da Serrinha, 3) Alto da Saudade, 4) Alto do Brasil e 5) Alto do Tiro. As microrregiões têm diferentes condições infraestruturais que decorrem do processo histórico de ocupação de cada uma delas, do nível de engajamento político de moradores, das suas lideranças, entre outros fatores que, dada as limitações deste artigo, não será possível discorrer sobre.

Ao que cabe a este estudo, trataremos de apontar o que identificamos como estratégias e práticas (comuns ou isoladas) que refletem como a injustiça ambiental atinge a vida dos indivíduos e a vida em comunidade nas áreas de morro. A partir das falas dos moradores e moradoras das diferentes microrregiões do Alto José Bonifácio, buscou-se compreender as dinâmicas sociais desenvolvidas pelos interlocutores no sentido da autoproteção individual, familiar ou comunitária para evitar um desastre ou amenizar as consequências deste.

A análise tem por base a teoria interpretativa de uma antropologia simbólica, que considera, no mesmo patamar, os sentidos e os elementos políticos envolvidos na produção de tais significados no espaço urbano. A partir do referencial teórico da pesquisa, foram criadas algumas categorias para subsidiar a análise das entrevistas. São elas: 1) Risco, 2) Desastre, 3) Fator-ameaça, 4) Dinâmica familiar/comunitária, 5) Mobilização política e 6) Categorias Emergentes. Por conta da extensão de um artigo, iremos definir apenas o fator-ameaça, determinante para compreender a percepção de risco dos interlocutores da pesquisa. Com essa categoria, busquei identificar nas falas dos moradores os elementos materiais ou não relacionados diretamente a desastres. Geralmente o fator-ameaça é compreendido como produtor do risco ou elemento provocador do desastre, por exemplo: chuva, barreira, muro de contenção, ausência de infraestrutura etc.

## *A vida no morro enquanto o desastre não acontece: um estudo de caso em Recife*

Já sabemos, através de estudos anteriores, que as condições de moradia influenciam diretamente na qualidade de vida das pessoas. Coadunando com tais estudos, o presente artigo busca elucidar como a injustiça ambiental afeta as famílias que moram em áreas dos morros do bairro Alto José Bonifácio no Recife (PE).

Através do registro das estratégias desenvolvidas pelos moradores dos interstícios das barreiras, a fim de evitar ou minimizar os impactos de um desastre, observamos que as dinâmicas sociais revelam uma trama de uma verdadeira catástrofe vivida no morro cotidianamente. Enquanto o desastre não acontece, moradores dos morros se veem envolvidos em prejuízos emocionais, psicológicos, físicos e materiais, que refletem consequências nas famílias, nas relações destas com seus vizinhos e com a comunidade. Ora as circunstâncias do risco apontam para uma coesão comunitária, que se manifesta em práticas de solidariedade, ora para a sua fragilização, que se vê a partir da (auto)responsabilização, culpabilização e competição entre os moradores das áreas de morros.

Dentre as estratégias para se salvar de um provável desastre, as famílias do morro buscam se precaver com algumas ações, tais como: a) ficar em um estado de prontidão e alerta enquanto chove; b) não dormir durante a noite; c) não fechar portas, grades ou cadeados para facilitar a saída da casa; d) mudar o uso dos cômodos, deixando de usar aqueles que possam ser atingidos primeiro; e) ficar abrigado em casa de parentes e vizinhos; e f) providenciar um arrumadinho, intervenção na casa ou pequenas obras para mitigação do risco que permita a família permanecer no imóvel por mais uma temporada de chuva.

*[...] fico com medo, acordo de instante e instante com medo... fico preocupada com meus filhos, né?! (Rosa, 52 anos de idade, moradora do Alto do Brasil)*

*[a parede] cedeu, [a casa] era taipa, né!? Aí quando ele [o marido] chegou eu disse: Óia Nivaldo eu tirei os menino daí, acordei tudinho peguei a cama dele, botei lá na sala e botei eles tudo lá e fiquei acordada e não dormi esperando ele chegar, [...] “Que que tas fazendo aí acordada?” Eu*

*disse: preocupada com a parede que cedeu e eu tive medo não fui dormir também. Aí quando ele chegou ele entrou, aí ele olhou disse: é mesmo né, cedeu né!? Aí ele só fez assim [gesto de empurrão]... A parede caiu pra fora. Ainda bem que caiu pra fora. Né?! (Margarida, 82 anos, moradora do Alto do Tiro, relato das memórias)*

*É muito ruim... É muito ruim, é muito ruim. É você velar uma pessoa dormindo, você fica acordada. Porque qualquer coisa gritava. Qualquer coisa gritava: [...] acorda, acorda, vamo simhora. Como... essa parte da frente, aí não teve nem... Tava caindo tudo. E agora? Pra passar com menino no braço? ...aí não tava feita. Aí os menino desceu com mãe no braço pra casa de Reginaldo (vizinho). A gente amanheceu o dia aí na casa da vizinha, pra depois ir tirar os barro e começar tudo de novo. É... É luta, era luta mermo. Não era brincadeira não. Aí dizer assim: Ah, ela tá conversando... não. É a realidade. Você vê assim aquele barro molhado, aquilo deslizando assim. Oxe... (Dália, 71 anos, moradora do Alto da Serrinha)*

*Se eu não fizesse esse arrumadinho tava nem aqui, e tava, que eu sou teimosa, né!? (Edelvais, 74 anos, moradora da microrregião do Alto José Bonifácio, área do Boqueirão)*

Neste estudo, tais estratégias são interpretadas como formas de resistência à cartografização do risco estabelecida pelo poder público, sobretudo a sua definição de “área de risco” (VALÊNCIO, 2009b). Isto fica evidente na última fala exposta anteriormente. Ao dizer: “e tava, que eu sou teimosa”, vemos que a moradora desafia o saber técnico e persiste no fazimento do lugar, como nos explica Norma Valêncio (2009a, 2009b). O mesmo aparece na fala da senhora Amarílis:

*Ainda tem gente atrevida que fez casa. Tem gente atrevida que fez casa. Tá ganhando o auxílio-moradia e ficam em casa (Amarílis, Alto do Tiro).*

O senhor Lírio, 46 anos, é morador do Alto da Saudade, único homem interlocutor da pesquisa, já teve a sua antiga casa atingida pelo desabamento da barreira. Como sabia que a sua casa poderia ser atingida, a família já costumava dormir na sala nos dias de chuva. A partir de sua fala, percebe-se que a mudança no uso dos cômodos e se manter acordado foram indispensáveis para a sua sobrevivência no momento do deslizamento da barreira. O morador relembra:

*Tava chovendo, era umas onze horas da noite. Tava assistindo televisão. Aí, quando eu tava chegando no quarto, quando cheguei no quarto, a barreira caiu. Aí eu corri pra área, fui pro outro lado. Aí minha esposa, minha ex-esposa, gritou “Lírio!”. Eu disse “corre!”. Mandeí ela correr também e mandei sair.*

Eu: E essa barreira ficava na parte da frente ou de trás da casa?

*Lírio: na parte de trás, que dava pro quarto. Se tivesse dormindo, tava morto. A parede caiu todinha em cima da cama.*

Na busca por sua sobrevivência e a dos familiares, as práticas listadas acima aparecem como um imperativo para os moradores das áreas de morro, sobretudo quando a barreira é suscetível a deslizamento. Os moradores lançam mão destas ações sazonalmente, quando não cotidianamente. Tendo em vista os fatos relatados nas entrevistas, entendemos que essa dinâmica conduzida pela tensão na expectativa de que o pior pode acontecer para família e para a casa é uma consequência direta da injustiça ambiental que incide nas áreas de morro.

É preciso compreender também que, ao lançar mão das práticas de (auto)proteção, os moradores estão tentando driblar a possibilidade de perder a casa e bens materiais e simbólicos atrelados às vidas das pessoas em um território e em família. Ao compartilhar a percepção do risco, os moradores desenvolvem empatia, a partir da qual desencadeiam uma série de ações baseadas na solidariedade, o que pode ser conferido nas falas a seguir:

Eu: e no momento do desastre a vizinhança ajudou?

*Lírio: antes ficava dizendo “ó, não dorme não, que a barreira tá caindo”. Também não dormi, fiquei dormindo na sala. Quando foi de onze e pouca, ela arriou (morador relembando quando a sua casa foi atingida).*

*Amarílis: [...] a gente foi ajudar. Até meu marido ficou reclamando. A barreira caiu na casa. Aí era muito difícil a gente chamar bombeiro. Aí, os morador mais antigo da minha época, a gente se reuniu e a gente entrava dentro da casa pra pegar as pessoas, arrastando, trazendo, pra tirar a roupa, pra dar banho.*

Eu: Conseguiram salvar as pessoas?

*Amarílis: Não. Faleceu, realmente faleceu todo mundo. Foi que morreu 5 [cinco] pessoa.*

Práticas de solidariedade e acolhimento também aparecem na entrevista com Dona Dália e Narciso, moradores do Alto da Serrinha, ao relatarem um pouco sobre o resgate da vizinha Vera que chegou a ficar soterrada com o desabamento da barreira.

Narciso: *Dona Vera ficou soterrada...*

Dália: *Ficou. E eu gritando, quando eu vi... quando eu vi descer eu num vi nem a mãe dela. Quando eu vi a coisa [o barro] descer eu comecei a gritar, aí Afonso viu. Quem fez o socorro dela foi um menino, até já se mudou. Subiu, meteu logo o pé na porta. Botou logo a parte da cozinha dentro. O marido dela num tava em casa. Botou a cozinha e a gente foi lá, ver se conseguia tirar ela. E eu pensando: Os menino dentro do quarto se viesse o resto [da barreira]? Ia morrer tudinho, né? Mas vamo orar assim... E a gente agoniado. E eu tremendo, eu chorando, nessa época eu tava mais nervosa do que sou agora. E eu gritando e... Graças a Deus que tiraram ela com vida. Que socorreram. Não quebrou nada, não teve... Sabe? Agora, só não aconteceu pior porque tava em pé, porque ela tava se arrumando pra trabalhar. Era num tempo que ela tava trabalhando de manhã. Se ela tivesse deitada, tinha morrido. O barro tinha coberto ela.*

Diante do exposto, vemos que, quando um desastre acontece no morro, os vizinhos são os principais agentes do resgate. Vale registrar que, em todas as entrevistas com os moradores que relataram ter vivido ou presenciado o desastre, o poder público não estava presente no momento deste. Em alguns casos, nos desastres de nível maior, que levaram à morte de pessoas, vimos que a defesa civil, o corpo de bombeiros ou o Samu <sup>2</sup>, só se fizeram presentes no dia seguinte, enquanto em outros casos não apareceram no local.

2 O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo à morte.

A não atuação do poder público no momento no desastre e a permanência das condições de risco no morro representam para os moradores o que Marchezini (2009) identificou como a “catastrofização” na vida dos indivíduos, uma vez que os mesmos são levados a permanecerem na condição de desterritorializados.

Ao longo da pesquisa, observamos que a visão que os moradores têm sobre desastres ou riscos decorre de suas vivências no local e das condições de suas moradias. Assim, vemos que as memórias e as experiências dos interlocutores são preenchidas de emoções como medo, pavor e insegurança, como é o caso da dona Rosa, no Alto do Brasil, e a senhora Edelvais, na microrregião do Alto José Bonifácio; ou refletem segurança e satisfação, como as interlocutoras que moram no Alto da Serrinha e no Alto do Tiro.

Pelas imagens a seguir, conseguimos captar um pouco as condições de cada localidade e, conseqüentemente, compreender as noções de risco e desastre de cada interlocutora e do nosso interlocutor. Vale ressaltar que as condições de suas moradias e da infraestrutura de cada localidade é apenas um dos fatores que influenciam a percepção do risco dos moradores, pois, trajetórias particulares, sobretudo inscritas a partir de necessidades básicas, bem como processos formativos e educacionais, e outros fatores também influenciam as noções de risco e desastres dos indivíduos.

### *Moradias em regiões sem obras de infraestrutura*

**Imagem 1** - Parte de trás da casa próxima a barreira exposta com lixo (Rosa, Alto do Brasil)  
Fonte: Arquivo próprio, 2017.



**Imagem 2** - Vista da casa sobre barreira (Edelvais, área do Boqueirão, microrregião do Alto José Bonifácio)  
Fonte: Arquivo próprio, 2017.

## Moradias em regiões com obras de infraestrutura



**Imagem 3** - Obras de contenção de barreiras no entorno da casa (Dália, Alto da Serrinha)

Fonte: Arquivo próprio, 2017.



**Imagem 4** - Casa em rua asfaltada na microrregião do Alto do Tiro (Amarílis)  
Fonte: Arquivo próprio, 2017.

A presença de obras públicas, nas áreas do morro, possibilita aos moradores a sensação de segurança em relação às suas casas, principalmente nos dias de chuva, como demonstra a senhora Amarílis, no Alto do Tiro, e a dona Dália, no Alto da Serrinha, cujas casa estão respectivamente representadas nas imagens 3 e 4:

Eu: E como é que a senhora se sente hoje com a chegada da chuva?

Amarílis: *Eu me sinto bem. Eu me sinto bem porque nunca mais ouvi uns gritos, nem nada, entendeu!? Porque a gente escutava os grito: “Socorro, a barreira tá caindo”. Só escutava os grito e agora a gente não escuta mais, a gente não escuta mais, entendeu? Então, na minha opinião melhorou. Tá melhorando* (Amarílis, 59 anos, moradora do Alto do Tiro).

*Oxe, aqui eu durmo tranquila. Acredita? Pode até acontecer, que não vai... eu tenho certeza que não vai acontecer, na verdade. Vai nada. Aqui a gente dorme tranquila, menina. A gente não botava nem mais... Na época de minha mãe viva. Velhinha. Velha, 90 ano e pouco. Aí então eu não botava mais cadeado aí, por que qualquer coisa era só pegar ela. Sabe? Num tinha de tá procurando cadeado não. [...] Porque a gente só pensava o pior. [...] Antes das obra. Antes das obra. Agora a gente tá no céu [...] (Dona Dália, 71 anos, moradora do Alto da Serrinha).*

Para essas moradoras, as experiências negativas vividas no passado contrastam com o presente, tempo em que a dona Dália define como estando no céu (“agora a gente tá no céu”). Na fala a seguir, a memória da dona Dália aponta os contrastes da sua visão sobre moradia antes e depois das obras públicas.

*É... É luta, era luta mermo. Não era brincadeira não. Aí dizer assim: Ah, ela tá conversando... não. É a realidade. Você vê assim aquele barro molhado, aquilo deslizando assim. Oxe... (Dona Dália, 71 anos, moradora do Alto da Serrinha)*

Para compreender a percepção de risco dos moradores das áreas de morro, bem como o seu entendimento de desastre, faz-se necessário considerar que suas ideias acerca dessas categorias reúnem paradigmas de matrizes distintas: o paradigma da prevenção, assentado em uma racionalidade não científica, e o paradigma da vulnerabilidade, desenvolvido e fundamentado nas Ciências Sociais.

As dinâmicas criadas pelos moradores das áreas de morros, listadas anteriormente, expressam um padrão de pensamento que os levam a evitar as condições que possibilitam acontecimentos ou eventos indesejáveis, refletindo o que Paulo Granjo define como paradigma da prevenção.

Vale ressaltar que o arsenal de medidas de autoproteção e prevenção dos desastres são desenvolvidos a partir dos saberes locais dos moradores das áreas de morro, os quais aprendem, praticam e ensinam através do senso comum, ou no que Clifford Geertz chama de bom-senso. Para este autor:

*Se o bom-senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade [...], então [...] será também construído historicamente, e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. Pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado e pode também variar dramaticamente de uma pessoa para outra. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar (GEERTZ, 2012, p. 80).*

Somada às práticas fundadas no senso comum a partir de um paradigma da prevenção, as noções dos moradores acerca de risco e de desastres também são marcadas por uma visão crítica ao poder público, ainda quando este aparece em segundo plano (depois dos vizinhos). Desta forma, faz-se presente o paradigma da vulnerabilidade.

Pela fala a seguir, podemos ver que a moradora compreende a relação entre a omissão dos agentes políticos e as condições de moradias nas áreas de morro.

Eu: o que você sente quando pensa que está chegando o período chuvoso?

Roberta: *Preocupação, medo, né? Porque imagina a gente dormindo. Ela [a senhora Edelvais] dormindo, que ela é de idade. Mora aqui sozinha, ela vai dar tempo correr? Tem condição dela correr, ainda abrir porta, abrir grade, pra correr, pra se salvar? Não tem condição. Ou ele faz isso [muro de arrimo] aqui [barreira], ou ele botava a gente no projeto Minha Casa, Minha Vida e tirava a gente de alto risco. Tu tá entendendo? Poupano a vida. Agora, vai ser mais vida que tem que morrer. Mais vida vai ser sacrificada, porque ele [o prefeito] não quer ver isso. Não tem condição não, eles têm que ver. Olhar, ver as parte perigosa. Tem barreira que eles tão fazendo aí que não tem necessidade não. Vai chegar o tempo de fazer, mas eles tem que ver as perigosa, o alto risco. Que eles tem que fazer e num faz, de braço cruzado, ó. Quer um voto, quer. A gente como cidadão vota, então a gente também quer os nossos direito* (Roberta, filha da senhora Edelvais e moradora da área do Boqueirão, microrregião Alto José Bonifácio).

A visão crítica dos moradores das áreas de morro, retratada aqui na fala da senhora Roberta, revela que além de considerarem a chuva, a barreira e a falta do saneamento básico como os principais fatores-ameaça que levam ao acontecimento do desastre, consideram também fatores políticos como determinantes para a permanência do risco nos morros.

Contrariamente a essa visão crítica, a fala da mesma moradora reflete uma disputa pela obra de contenção de barreiras no local. Ao considerar que “tem barreira aí que eles tão fazendo que não tem necessidade não”, ela revela um conflito interno na comunidade, travado entre vizinhos cujas moradias carecem de segurança.

À luz da teoria social crítica, compreende-se aqui que a escassez de obras públicas no local promove a competitividade entre os moradores. Isso se reflete em outro momento da entrevista:

*E tá aqui, ó. Eu vejo barreira que não tem necessidade. Aquela casa verde ali, ó. Tá vendo? A amarela debaixo tá fazendo. Que barreira perigosa é aquela ali? Me diz que barreira perigosa é aquela ali? Aqui gente morreu e o homi não fez a barreira* (Roberta, moradora da área do Boqueirão, microrregião Alto José Bonifácio).

Além da competição, também observamos que, em suas relações cotidianas, os moradores se veem como principais responsáveis pela produção dos riscos e dos desastres nas localidades. Isso fica evidente em trechos a seguir da fala da dona Dália sobre os cuidados com as obras na região onde ela mora:

*Aí a canaleta. Passava o lixo ali, entupia a canaleta. A água não passou pela canaleta. [...] Em tudo que a canaleta tampou a água não passava, né!? Aí a água foi com o pé no mundo. Aí arriou. Tem que tá olhando... Aqui eu tenho que tá olhando meu quintal. Onde é que tem um buraquinho pra botar um coisa [referindo-se a buracos que se abrem no muro de arrimo da sua casa]... Por que num tá feito? Tá feito, mas a gente tem que tá olhando, porque se alguma coisa aí, quando dá fê, arreia. Entendeu? Tá feito a barreira, mas a gente tem que tá...*

[...]

*E era muito boa [a árvore]... Carambola. Enorme. Aí isso assim, fazer essa barreira. Eu digo, é bom, negão [vizinho]. Vamo fazer a barreira. Aí cê vê que aqui é tudo pertinho, né? Aí esse pé de coisa teu... Tem que tirar! Tem que tirar tudo. Teu pé de carambola... eu digo, arranca tudo, Ronaldo [vizinho]. Vamo fazer. É bichin ruim mermo: “Ah, não, vou tirar meu pé de coisa não”. Então, eu vou deixar aqui meu pezinho de abacate. O que é benefício pra ele é benefício pra mim. Beneficiou eu e ele, né isso? E acontece, muita gente cansa. Um vizinho quer, o outro não quer. Um vizinho quer, o outro não quer. Num acontece uma coisa? Num pode, né? Tem que se unir (Dália, Alto da Serrinha).*

Percebemos a presença do mesmo discurso na entrevista com a senhora Rosa, no Alto do Brasil, que responsabiliza a vizinha por sua casa estar vulnerável a ser atingida pela barreira que desliza a cada chuva. Vale salientar que, assim como a nossa interlocutora, a vizinha perdeu a casa com o deslizamento da mesma barreira, situação que a fez sair do lugar e hoje encontramos só os escombros. Essa barreira está situada atrás da casa da senhora Rosa, indicada na Imagem 1. Segue o trecho da entrevista:

Eu: A senhora considera isso como um desastre?

Rosa: *Eu acho. Ela devia ter feito direito, ela num conhece muitas pessoas?!*

Eu: A senhora acha que foi responsabilidade da vizinha a queda da barreira?

Rosa: *É, eu acho que ela devia ter procurado saber, já que não tinha condição de fazer tivesse ido atrás do órgão público né, pra dá tijolo, areia, cimento... fazer direitinho né, ela num conhece muita gente ai em cima? Pelo menos pro vereador que ela conhece. Aí tá a casa, nem vende nem ajeita. [...]*

Eu: o que a senhora sente quando pensa no período de chuva chegando?

Rosa: *eu fico com medo. Pode tá dormindo e de repente a barreira arreie, o resto da casa da mulher, com lixo e com tudo. Ela disse que ia limpar e não limpa. Virou depósito de lixo. E por isso eu tive Chikungunya [...].*

A pesquisa também identificou uma ausência do Estado na resolução da situação para as famílias desabrigadas, o que representa a catastrofização do desastre, considerando a soma dos descasos que ocasiona o prolongamento do mesmo, conforme Marchezini (2009).

O insuficiente apoio do Estado às famílias que tiveram suas casas atingidas por um desastre acarreta a total responsabilização destas na reconstrução da sua nova casa, gerando para elas o recomeço de um processo que já foi vivido antes, na aquisição da casa que foi atingida, tendo que reconstruir suas histórias e referências em novas condições materiais e emocionais, dessa vez mais empobrecidos e traumatizados. Diante do estado de recomeço em que as famílias se veem pós-desastre, o valor do Auxílio-Moradia <sup>3</sup> não atende à demanda posta pela família: ter uma casa e que ela não esteja em áreas consideradas de risco. Cabe ressaltar que esta última é uma exigência da prefeitura como condição para o recebimento do benefício. O fato de não conseguir suprir a necessidade da família faz com que os moradores busquem meios próprios, ou ajuda da sua rede (família, parentes, amigos e vizinhos), quando é possível, para que possam ter onde morar.

Entre os nossos interlocutores, temos o senhor Lírio, que teve sua casa atingida pelo deslizamento da barreira, tendo que deixar o lugar onde morava. O senhor Lírio recorreu às suas habilidades de pedreiro para construir uma nova casa para a sua família. Vale notar que se trata de uma saída individualizada para a sua questão da moradia no morro. Após o desastre, esse morador passou a compreender a barreira como um fator que torna o lugar inapropriado para moradia e fez com que ele desejasse construir sua casa em novas bases, o que concretizou na região do Alto da Saudade, em uma das ruas principais do bairro.

A experiência de sobreviver a um deslizamento de terra acarretou uma depressão como um problema de saúde para seu Lírio. O morador demonstra pesar e angústia ao lembrar o ocorrido. Além disso, provocou todo um transtorno para a família se fixar em outras moradias. Seu Lírio não sabe com precisão em quantas casas morou até chegar na atual, mas afirma ter sido mais de quatro. Todas no Alto José Bonifácio, o que aponta o lugar como fator de construção da identidade do morador.

<sup>3</sup> Quando foi criado, em 2001, o valor desse benefício era de R\$ 151,00. Atualmente é de R\$ 200,00.

## Considerações finais

As condições precárias ou a inexistência de infraestrutura que garanta a segurança da moradia nas áreas de morro e a conseqüente qualidade de vida a seus moradores é reflexo do descaso histórico do Estado com essa parcela da população, o que ratifica a existência do racismo ambiental no espaço urbano. Assim, as estratégias lançadas pelos moradores para persistirem nessas áreas são aqui compreendidas enquanto práticas de resistência postas na contemporaneidade, quando o despejo e a expulsão se dão de forma não declarada. Neste caso, a omissão do poder público com a realidade dos desastres socioambientais nas áreas de morro configura-se na perpetuação da *perseguição aos mocambos*, como prática institucionalizada desde o início do século XX em Pernambuco e em Recife.

A omissão e precarização do espaço de moradia constituem formas de forçar a expulsão ou o despejo dos cidadãos de mãos limpas na atual conjuntura do Estado democrático de direitos, não deixando de ser um modo de operar na lógica minimalista da política neoliberal, onde os gestores atuais se eximem da responsabilidade de estruturar as áreas de morro ancorados na postura de descaso de gestões anteriores.

A ausência do Estado na garantia da segurança das moradias no morro acarreta a responsabilização dos próprios moradores. Desta forma, observa-se a transferência da responsabilidade institucional para os indivíduos, efetuando-se os processos de individualização no provimento da moradia nas áreas de morro. Por sua vez, este também deve ser visto como o reflexo de processos globais sobre o local, uma vez que as nossas unidades de análise (MAGNANI, 2012) não são unidades autocontidas nem isoladas.

Para os moradores que vivem em contexto de risco de desastre, as relações de parentesco e a vizinhança são as redes mais importantes diante de tal acontecimento. A família é a principal instituição que supre as necessidades dos indivíduos atingidos por um desastre e os vizinhos conformam-se em uma rede fundamental no momento de socorro, de assistência, abrigo de curta duração e na reconstrução das moradias.

Apesar de, em algumas situações, os moradores expressarem uma visão crítica, se sobressaem as ações individualizadas para a construção acerca das condições ambientais no morro. Isso pode ser conferido com a frequente responsabilização, culpabilização e até a competição, vistos nas falas aqui citadas. No presente estudo, isso

se revelou como a consequência mais perversa da ausência do Estado, pois a (auto) responsabilização, além de fragilizar a força política da comunidade, escamoteia a dimensão política do desastre.

Além disso, a pesquisa evidenciou que quando o desastre não acontece, a dinâmica familiar passa a girar em torno do pior que pode acontecer, que, neste caso, é ter a casa e a família atingidas por deslizamento de barreira. As estratégias desenvolvidas para evitar ou amenizar os efeitos dos desastres revelam o caráter trágico da injustiça ambiental para a vida nas áreas de morro.

## Referências bibliográficas

ACOSTA, Virginia Garcia. **El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos**. Revista Desacatos. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Distrito Federal, México; núm. 19, setembro-dezembro, 2005, p. 11-24. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13901902>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CARDOSO, Adalton Lucio. **Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro**. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2006, p. 27-48. Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

FEACA – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, CENTROS COMUNITÁRIOS E CONSELHO DE MORADORES DE CASA AMARELA. **Casa Amarela. Memórias, Lutas, Sonhos...** Recife, FEACA, 1988.

FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. **Uma História Social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela. Recife-PE 1964 a 1985**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais eletrônico... 2005. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371\\_fb21c36e4acbb199ef359ee8c29f6b65.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_fb21c36e4acbb199ef359ee8c29f6b65.pdf). Acesso em: 11 out. 2017.

GRANJO, Paulo. **Quando o conceito de risco se torna perigoso**. Revista Análise Social, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLI, n. 181, 2006, p. 1167-1179. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218723740D5bIY1dmiZi12UQ1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

HERCULANO, Selene. **O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental**. INTERFACEHS. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008. Artigo 2. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

LÓPEZ, Marisa. **La contibución de la Antropología al los estudios de los desastres: el caso del Huracán Mitch em Honduras y Nicaragua.** Revista del Instituto Hondureño de antropología e Historia, YAXKIN, v. 18, p. 5-18, 1999. Disponível em: <http://eird.org/esp/cdcapra/pdf/spa/doc14689/doc14689-contenido.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro. Trajetórias de pesquisa em antropologia urbana.** São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012.

MARCHEZINI, Victor. **Dos desastres da natureza à natureza dos desastres.** In: VALÊNCIO, Norma *et al.* (Org.). *Sociologia dos Desastres*, vol. I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MENDES, José Manuel. *Sociologia do Risco. Uma breve introdução e algumas lições.* Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/src/SRCII/Sociologia\\_do\\_risco.pdf](https://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/src/SRCII/Sociologia_do_risco.pdf). Acesso em: 27 nov. 2017.

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL, TRABALHO E CIDADANIA. **Manisfesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental,** Niterói, 2001. Disponível em <https://www.mma.gov.br/informma/item/8077-manifesto-de-lan%C3%A7amento-da-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental.html>. Acesso em 30 jun. 2020.

RECIFE. **Decreto 18.810, de 30 de março de 2001.** Autoriza a concessão de benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade temporária. Recife-PE: prefeitura do Recife [2001]. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/18810/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SIENA, Mariana. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários relacionados às chuvas.** Orientadora: Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio. 161f Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6704/2441.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Assesso em: 11 mar. 2017.

VALÊNCIO, Norma. **Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre.** In: VALÊNCIO, Norma *et al.* (Org.). *Sociologia dos Desastres* vol. I. São Carlos: RiMa Editora, 2009a. p 3-18.

\_\_\_\_\_. **Da ‘Área de Risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária.** In: VALÊNCIO, Norma *et al.* (Org.). *Sociologia dos Desastres* vol. I. São Carlos: RiMa Editora, 2009b. p. 34-47.